



A Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão: o Experiência da PEGGE/SR3/FSS/UERJ

Introdução

Os discursos sobre a relação entre ensino, pesquisa e extensão no espaço universitário parecem estar sempre envolvidos numa “nuvem de ambigüidade”. Este texto tem como objetivo explorá-los, apontando alguma alternativa. Será apresentada uma experiência vivida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que ilustra bem as possibilidades da demarcação de territórios, sem armas apontadas para o “agrimensor”: a implantação de um núcleo de estudos. O *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas* (PEGGE), da Faculdade de Serviço Social da UERJ, foi lançado em 1998, no seminário intitulado *Gênero, Geração e Etnia: novos contornos no espaço social*, que deu origem a uma publicação em 1999, com o apoio da Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/SR2 e da Sub-reitoria de Extensão e Cultura/SR3.

Os objetivos apresentados foram: estimular uma produção acadêmica intra e interinstitucional sobre o comportamento social em torno de temas cujas imagens sociais ocultam as construções sociais de gênero, geração e etnia; fornecer dados para implantação de políticas públicas que tratem dos problemas estudados por cada projeto, buscando uma interlocução com as instituições municipais, estaduais, federais e organizações não-governamentais; organizar cursos para profissionais que atuem nos programas sociais (assistentes sociais, médicos, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas etc.), capacitando-os para uma intervenção mais específica requerida pelos problemas em foco nos projetos; organização de banco de dados com informações sobre os programas sociais sediados no Rio de Janeiro cujo público-alvo seja do interesse dos projetos desenvolvidos

Dayse de Paula Marques da Silva*

Resumo:

Este texto tem como objetivo apontar uma alternativa de articulação permanente entre pesquisa, ensino e extensão. Será apresentada uma experiência vivida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de implantação de um núcleo de estudos. O *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas* (PEGGE), da Faculdade de Serviço Social da UERJ, foi lançado em 1998, no seminário intitulado *Gênero, Geração e Etnia: novos contornos no espaço social*, que deu origem a uma publicação em 1999, com o apoio da Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/SR2 e da Sub-reitoria de Extensão e Cultura/SR3. Teve como objetivo: estimular uma produção acadêmica intra e interinstitucional sobre o comportamento social em torno de temas, cujas imagens sociais ocultam as construções sociais de gênero, geração e etnia; fornecer dados para implantação de políticas públicas que tratem dos problemas estudados por cada projeto, buscando uma interlocução com as instituições municipais, estaduais, federais e organizações não-governamentais; organizar cursos para profissionais que atuem nos programas sociais (assistentes sociais, médicos, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas etc.), capacitando-os para uma intervenção mais específica requerida pelos problemas em foco nos projetos; organização de banco de dados com informações sobre os programas sociais sediados no Rio de Janeiro e Núcleos de estudos sobre as temáticas, reconhecidos por sua excelência no Brasil e no Exterior. **Palavras-chave:** gênero, geração, etnia, serviço social.

* Coordenadora do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas – PEGGE/SR3/FSS/UERJ.
E-mail: dayse@centrain.com.br

pelo Programa e Núcleos de estudos sobre as temáticas, reconhecidos por sua excelência no Brasil e no Exterior.

A proposta para a criação de um núcleo de estudos agregando estas áreas temáticas – Gênero, Geração e Etnia – foi apresentada ao PROCIÊNCIA¹, em 1997. Após o lançamento do Programa, a Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa/SR2 da UERJ viabiliza o funcionamento do mesmo com aquisição de equipamentos e verba para publicação, dando um apoio fundamental para a afirmação do projeto. O setor de apoio a publicações do Departamento de Extensão/SR3, o NAPE, permitiu que disponibilizássemos os primeiros resultados do Programa, finalizando o projeto gráfico dos *Anais* e mantendo a parceria para elaboração de material de divulgação de eventos, cursos etc.

A partir daí, PEGGE promoveu cursos de extensão de curta duração por quatro anos consecutivos, capacitando profissionais no campo da saúde reprodutiva². Em 1999, foi lançada a Pós-graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, e o Programa foi incluído na sua estrutura, absorvendo a maior parte das pesquisas que definem a linha *Cultura e Identidades Sociais*, apresentada para apreciação da CAPES.

A parceria com a Sub-reitoria de Extensão e Cultura começou a estreitar-se e, a partir das atividades consideradas extensionistas, no segundo semestre de 2001, foi solicitado o cadastro do Programa junto ao Departamento de Extensão. O PEGGE passa a ser incorporado à SR3, por ato executivo da Reitoria em janeiro de 2002.

Um problema que surgiu neste percurso foi a dúvida quanto à natureza do Programa – se era extensão, se era de pesquisa –, tornando-se visível a confusão, ainda existente, quanto ao que significa atividade de pesquisa, atividade de extensão e qual a associação delas com o ensino. A partir das pesquisas desenvolvidas, foi realizado o curso de extensão do qual todos os pesquisadores participavam e foi possível a produção de um vídeo educativo³, realizada por um dos projetos de pesquisa integrados ao Programa.

A disciplina eletiva *Relações sociais de classe, gênero e etnia* tem sido oferecida para a graduação com grande receptividade dos alunos do curso, assim como dos alunos de outras unidades

da UERJ e de convênio internacional. Já foi oferecida para a pós-graduação e, no momento, vem sendo apresentada uma proposta para a sua garantia no horário de funcionamento do Mestrado da FSS/UERJ.

A “Indissociável” Relação entre a Ensina, a Pesquisa e a Extensão: um Discurso Permanente

Foi inserido um maior número de bolsistas de iniciação científica, de estágio interno e, posteriormente, de extensão⁴. Na estrutura e no plano de ação estão previstas atividades com caráter extensionista – cursos de curta duração, assessorias, eventos etc. Estas atividades deveriam ser propostas com base nos projetos de pesquisa apresentados. Um de seus objetivos é oferecer subsídios para a implantação de políticas públicas, utilizando-se destes instrumentos.

A relação pesquisa e extensão ficou muito evidente na experiência vivida com os cursos de extensão oferecidos pelo Programa de Estudos. A partir de uma proposta temática – a saúde reprodutiva – foi possível articular os projetos dos pesquisadores associados e seus objetos de investigação em módulos estruturados conforme as áreas de investimento – gênero, geração e etnia. Uma das inovações reconhecidas pelos parceiros externos, como a Secretaria Municipal e Estadual, foi a inclusão de aulas sobre sexualidade e climatério no curso de capacitação, o que, num primeiro momento, indicava ser um paradoxo ou um “contra-senso”. Entretanto, conforme o curso foi avançando, foi possível perceber no município a incorporação desta discussão em outros espaços e por outros pesquisadores que atuam no campo da capacitação profissional. Os módulos foram definidos a partir de debates e reflexões que vinham sendo operacionalizados pelos projetos de cada um dos pesquisadores envolvidos com o Programa. Estes pesquisadores tiveram oportunidade de interagir com os profissionais que intervêm nos serviços cotidianamente e a receptividade das novas idéias provocadas pelas análises científicas veiculadas nos projetos foi muito marcante. Houve, inclusive, propostas reiteradas para que o curso fosse oferecido como um curso de especialização *latu sensu*, o que motivou bastante os organizadores envolvidos com a proposta.

Entretanto, devem ser reconhecidas diferenças nestes “fazer”. Os instrumentos de pesquisa são outros, os tempos e as finalidades também. E, conhecer e praticar estes “fazer” são um imperativo para um professor universitário, que forma profissionais para atuarem no mercado de trabalho no mundo contemporâneo, onde está em debate a Universidade e suas funções. Uma “velha dicotomia” reaparece como pano de fundo no palco desta mesa-redonda, opaco, vaporoso, mas escrito em tinta permanente: a preparação voltada prioritariamente para o mercado ou para a formação de uma consciência crítica, ética, na aplicação de conhecimentos técnico-científicos. Outra diferença é que este debate se instaura com ênfases diferentes na Universidade, conforme as áreas de conhecimento. As ciências exatas e as que permitem desdobramentos tecnológicos imediatos passam mais “ao largo” desta polêmica, ao contrário das ciências humanas e biomédicas, que estão no centro do problema⁵. Sem entrar no mérito do mesmo, trata-se neste relato de abordar as exigências da articulação entre pesquisa, ensino e extensão diante do papel da Universidade, hoje.

A partir da proposta apresentada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas⁶, fica evidente que a preocupação com o papel social da instituição torna-se uma exigência crescente e com lugar determinado. Busca-se afirmar mecanismos que garantam o desdobramento do investimento feito na Universidade em produtos que absorvam demandas “para além” da formação de profissionais, isto é, produtos a serem oferecidos “para a comunidade”. Daí, abre-se um novo debate: quem é a comunidade? Quem é nosso parceiro e nosso objeto de intervenção fora dos muros da Universidade e além do aluno de graduação e pós-graduação? Segundo o documento distribuído em 2000 pela Sub-reitoria de Extensão e Cultura, da UERJ:

A proposta que vem sendo implantada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas sugere que projetos e atividades sejam organizados em áreas temáticas, que por sua vez se desdobram em linhas programáticas. Considerando as atividades existentes nas Universidades Públicas, foram organizadas, após prolongadas discussões, oito áreas temáticas: **Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos,**

Meio Ambiente, Tecnologia e Trabalho. Uma vez que as demandas sociais são temáticas e não disciplinares, a organização por área permite a agregação de diversas disciplinas em torno das mesmas questões.

A função social da Universidade está em destaque nesta proposta. Entretanto, há outro aspecto a ser considerado – que se encontra no âmbito das Universidades Públicas. O debate quanto ao papel social das empresas, incluindo-se a Universidade Privada, está na “ordem do dia” e alguns projetos com financiamento externo, inclusive de agências internacionais, vêm sendo aplicados nestes espaços, a partir de propostas com fins sociais. Neste sentido, observa-se que a preocupação não é exclusiva da Universidade Pública, mas é imperativa para esta instituição. Ela não tem como escapar deste discurso. Entretanto, ainda é uma discussão difícil no âmbito interno destas últimas, e as dúvidas permanecem – devemos prioritariamente formar alunos de graduação e pós-graduação para atuarem no mercado, devemos formar “massa crítica” para atuar politicamente nestes mercados ou devemos “lavar as nossas mãos” destes julgamentos e ir em frente, fazendo parcerias sem nenhum critério? Considerando todas estas interrogações prioritárias, como fica a articulação entre ensino, pesquisa e extensão? Articulamos a partir de que parâmetros de Universidade? Considerando que as áreas de conhecimento dão respostas bem diferenciadas a estas perguntas, como aglutiná-las nas áreas temáticas propostas? Qual será o fio condutor para que, num mesmo projeto, seja possível juntar o assistente social, o médico, o enfermeiro, o advogado, o engenheiro, o economista, o antropólogo, o sociólogo, o geógrafo, a nutricionista, o linguísta, o filósofo? São muitas mudanças e muitas perguntas.

Há uma outra diferença básica entre a pesquisa e a extensão – a relação entre o sujeito e o objeto é de natureza distinta. Entretanto, ambas apresentam um ponto em comum – a necessidade de estudo, da elaboração de um plano de ação.

A partir desse fato, coloca-se a pergunta sempre presente entre nós: formaremos pesquisadores ou profissionais? Capacitar um indivíduo nesse processo é estar atento ao questionamento do aluno em sala de aula, para lhe responder com base no avanço de estudos, que “idealmente”

deveriam ter uma interface com campos empíricos – instituições onde se localiza grande parte dos profissionais, para que a tensão entre a relação teoria-prática estivesse sempre orientando a reflexão. O profissional competente deve ser aquele que seja valorizado na capacidade de buscar aperfeiçoamento para a sua prática, buscando sempre algo novo. O dia-a-dia da prestação de serviços dificilmente deixa espaço para isso. Este é um desafio permanente a ser enfrentado na realidade institucional.

Há duas possibilidades de o profissional que está na prestação de serviços ter acesso à capacitação continuada: através de cursos *stricto e latu sensu* e de cursos de extensão de curta duração.⁷ No âmbito universitário, ambos devem ter como parâmetro as experiências de pesquisa. O oferecimento de cursos é uma garantia da intermediação necessária entre a formação e o mercado de trabalho. Para estruturar um curso ou favorecer a participação de profissionais projetados em suas instituições por se destacarem em suas experiências cotidianas, faz-se necessária uma abordagem a esses campos, onde a visão de quem está na prestação de serviços é essencial. É uma troca fundamental. Associar o aprofundamento dos temas que a pesquisa viabiliza com a demanda profissional é o caminho para derrubar o “muro invisível”, evitando a hierarquização de funções.

O tempo na pesquisa e na extensão

Falar do tempo necessário para produzir o conhecimento num espaço privilegiado para fazê-lo – a universidade – parece, a princípio, desnecessário. Entretanto, há diferenças fundamentais na percepção quanto à natureza das atividades acadêmicas, que precisam ser mais explicitadas. A política implantada na UERJ com o PROCiência⁸, buscando viabilizar a dedicação exclusiva na universidade, não significa a criação de um grupo de “iluminados” ou “privilegiados” acadêmicos. É um instrumento de fixação do docente na instituição, criando condições de trabalho adequadas para que não disperse o seu investimento em várias “frentes” externas. A atividade docente, isto é, o seu trabalho, está diretamente vinculada ao estudo. Não ter condições para isso é contrariar o projeto acadêmico. Nesse sentido, nossas atividades têm de encontrar um equilíbrio maior entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Como garantir esse projeto? Em primeiro lugar, os concursos para novas vagas devem seguir as diretrizes já colocadas nas universidades em geral – priorizar o regime de 40 horas. A partir deste critério, definir como “medir” esse tempo necessário ao distanciamento para estudo e reflexão. Ele não pode ter como referência o movimento e ritmo individual, nem tampouco, apenas, as exigências institucionais de controle da carga horária. Temos que definir um projeto de formação que contemple diversidades na composição do grupo profissional e perspectivas diferenciadas quanto ao objeto de intervenção. Daí, definirmos critérios para a apresentação de propostas que devem ser individuais, mas integradas a linhas de estudo próximas. As propostas devem vir em forma de projetos para a pesquisa ou extensão.

Garantir os projetos demanda tempo. Qual seria o mínimo? Pensar a distribuição da carga horária para pesquisa e extensão implica pensar a grade curricular – o montante de disciplinas oferecidas e a carga horária de cada uma, associada aos recursos humanos disponíveis. Um projeto que implique idas a campo com frequência; levantamento de dados de “grande porte” – banco de dados, cadastramentos etc.; amostras muito amplas; entrevistas extensas e dificuldades quanto à disponibilidade dos entrevistados, exige muito tempo, leitura e capacidade de concentração para análise do material coletado. O período estipulado para o término do projeto deve ser encarado com rigidez para a necessária disciplina do trabalho intelectual. Não precisamos do “cartão de ponto”, mas temos de ter mecanismos de controle da produtividade sim, para que alcancemos resultados a médio prazo e, daí, possamos criar credibilidade para demandar com mais segurança e legitimidade os recursos necessários.

O *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas*, o PEGGE, começou como um projeto apresentado ao PROCiência, com projetos de pesquisa anexados à proposta. Teve uma boa avaliação na apresentação do relatório final, vem oferecendo curso de extensão para profissionais, com envolvimento dos alunos bolsistas, conta com um vídeo educativo produzido a partir de uma de suas temáticas, estabeleceu parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, tendo uma grande receptividade tanto no campo dos pes-

quisadores, como dos profissionais. Envolveu alunos bolsistas de graduação e pós-graduação nos campos temáticos propostos pelo Programa.

É muito importante que se mantenha o esforço observado entre as coordenações de extensão para a derrubada de muros dentro da Universidade, ou, ao menos, para garantir que estes muros não sejam muito altos e planejem portas para o trânsito entre as idéias e as experiências.

Notos

¹ Programa de incentivo à pesquisa e dedicação exclusiva, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Foram oferecidas quatro turmas (de 2000 a 2003) do Curso de Capacitação em Saúde Reprodutiva para Profissionais, com uma demanda maior no último ano, envolvendo profissionais das áreas de Serviço Social, Enfermagem, Psicologia e Medicina e contando com o apoio das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e Ministério da Saúde.

³ Proposta apresentada na pesquisa O intercurso das imagens profissionais do médico e do assistente social sob a ótica das relações de gênero e etnia, coordenada pela prof^a Dayse de Paula.

⁴ Bolsas para alunos de graduação oferecidas pela UERJ.

⁵ Este problema não está no centro da discussão, como nas ciências humanas, por exemplo.

⁶ Documento "Marcos para a discussão da política de extensão na UERJ. Gestão 2000-2003", apresentado pela Sub-reitoria de Extensão e Cultura da UERJ.

⁷ Seminários, palestras, mesas-redondas são eventos de curta duração que viabilizam o acesso a idéias, debates que interessam a determinado público, mas de caráter mais imediato.

⁸ O PROCÊNCIA é um programa de incentivo à pesquisa que inclui, entre seus benefícios, uma gratificação financeira como retribuição ao compromisso de dedicação exclusiva à Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

Documento Marcos para a Discussão da Política de Extensão na UERJ – Gestão 2000-2003.

Relatório do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Perfil da pesquisa no Brasil e hierarquização dos grupos de pesquisa a partir dos dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. CNPq. 2ª. edição. Novembro de 1999.

Relatório PEGGE/SR3/FSS/UERJ – Recadastramento 2004-2005. Novembro de 2005.

SILVA, Dayse de Paula Marques. *O labirinto e a ponta da corda* in EM PAUTA – Revista da Faculdade de Serviço Social nº 10. UERJ, 1997.

_____ A pesquisa e a extensão na formação dos Assistentes Sociais. Texto disponibilizado em CD ROM. X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Outubro, 2001.

Abstract:

This paper aims to highlight a successful project of research, teaching, and knowledge diffusion association. The project was the creation and further development of the program: *Studies on Gender, Generation and Ethnic Groups: social demands and public policies* (PEGGE), at the Social Work Faculty of the University of the State of Rio de Janeiro (UERJ). First steps were given at 1998, after the Colloquium *Gender, Generation and Ethnic Groups: new frames in society*. The Colloquium Annals were published in 1999, as a new project supported by the Post-Graduate and Research Vice Presidency and by the Community Relations and Culture Vice Presidency of the University. This Annals succeeded in its main goal: to stimulate an academic debate and new papers about the social behavior in areas whose social representations usually hide the gender, generation and ethnic social constructions. It also aimed to provide data for public policies dealing with each one of the areas of the individual projects. Dialogue was strongly encouraged with municipal, state and federal institutions and also with non-governmental organizations. Were organized also courses for professionals currently active in social programs (social workers, medical doctors, psychologists, nurses, nutritionists), qualifying them for a more specific intervention as required by the problems focused by the projects. A database was organized containing information about social programs developed in the State of Rio de Janeiro and about outstanding Centers researching in these areas.

Keywords: gender, generation, ethnicity, social service.

